



Obra publicada pela Universidade Federal de Pelotas

Reitor: Prof. Dr. Antonio Cesar
Gonçalves Borges
Vice-Reitor: Prof. Dr. Manoel Luiz
Brenner de Moraes

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Prof. Dr. Luiz Ernani
Gonçalves Ávila
Pró-Reitora de Graduação: Prof. Dra. Eliana Póvoas Brito
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Dr.
Manoel de Souza Maia
Pró-Reitor Administrativo: Eng. Francisco Carlos Gomes
Luzzardi
Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Prof. Ms.
Élio Paulo Zonta
Pró-Reitor de Recursos Humanos: Admin. Roberta
Trierweiler
Pró-Reitor de Infra-Estrutura: Mario Renato Cardoso
Amaral
Pró-Reitora de Assistência Estudantil: Assistente Social
Carmen de Fátima de Mattos do Nascimento
Diretora da Editora e Gráfica Universitária: Prof. Dr.
Volmar Geraldo da Silva Nunes
Gerência Operacional: Carlos Gilberto Costa da Silva

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dra. Carla Rodrigues | Prof. Dr. Carlos Eduardo
Wayne Nogueira | Profa. Dra. Cristina Maria Rosa | Prof.
Dr. José Estevan Gaya | Profa. Dra. Flavia Fontana
Fernandes | Prof. Dr. Luiz Alberto Brettas | Profa. Dra.
Francisca Ferreira Michelon | Prof. Dr. Vitor Hugo Borba
Manzke | Profa. Dra. Luciane Prado Kantorski | Prof.
Dr. Volmar Geraldo da Silva Nunes | Profa. Dra. Vera
Lucia Bobrowsky | Prof. Dr. William Silva Barros

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira
Vice-Diretora: Profa. Dra. Lorena Almeida Gill

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

Coordenadora:

Profª Dra. Beatriz Ana Loner

Membros do NDH:

Profª Dra. Beatriz Ana Loner
Profª Dra. Lorena Almeida Gill
Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat
Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes
Profa. Dra. Márcia Janete Espig
Profa. Dra. Ana Inês Klein

Técnicos Administrativos:

- Paulo Luiz Crizel Koschier
- Ivoni Fuentes Motta

HISTÓRIA EM REVISTA – Publicação do Núcleo de
Documentação Histórica

Comissão Editorial:

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes
Profª Dra. Beatriz Ana Loner
Profª Dra. Lorena Almeida Gill
Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

Conselho Editorial:

Profª Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)
Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)
Prof. Ms. Mario Osorio Magalhães (UFPEL)
Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)
Profª. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)
Profª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)
Profª. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)
Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos
Aires).
Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)

Editor: Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 |

Fone/fax: (53)3227 8411

e-mail: editora@ufpel.edu.br

Impresso no Brasil

Edição: 2010

ISSN – 1516-2095

Tiragem: 300 exemplares

Dados de catalogação na fonte:

Aydê Andrade de Oliveira - CRB - 10/864

História em revista / publicação do Núcleo de
Documentação Histórica. Instituto de
Ciências Humanas. Universidade Federal de
Pelotas. v.16, (dez. 2010). – Pelotas: Editora
da UFPel, 2010.
1v.

Anual
ISSN 1516-2095

1. História - Periódicos. I. Núcleo de
Documentação Histórica. Instituto de Ciências
Humanas. Universidade Federal de Pelotas.
CDD 930.005

IMAGEM DA CAPA: Mercado Público Pelotense –
início do século XX. Fonte: Álbum de Pelotas de 1922.

**Indexada pela base de dados Worldcat
Online Computer Library Center**

**PEDE-SE PERMUTA
WE ASK FOR EXCHANGE**

UFPel/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154
Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Caixa Postal 354

Fone: (53) 3284 – 5523 (r. 204)

Fone/Fax: (53) 3278-6765

<http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh>

e-mail: ndh@ufpel.edu.br



VOANDO COM O LEÃO ALADO DE SÃO MARCOS: A INVENÇÃO DO TALIANO NO RIO GRANDE DO SUL

FLYING WITH THE WINGED LION OF

ST. MARK: THE INVENTION OF THE "TALIAN" IN RIO GRANDE DO SUL.

Paulo César Possamai¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre o processo de construção da identidade italo-sul-rio-grandense. Nos primeiros anos da colonização, temos duas identidades que se constroem em oposição: a católica e a italiana, ambas ligadas a um grupo étnico, mas que têm posicionamentos políticos diversos. Hoje, assistimos ao renascimento do sentimento regionalista italiano, simultaneamente à criação do *talian*, o descendente de italianos do sul do Brasil.

Palavras chave: Imigração, colonização, identidade.

“Se a vida é amiga da arte, enquanto houver vida e quisermos vivê-la de forma cada vez melhor, precisaremos de arte, da arte de inventar novos mundos possíveis, inclusive da arte de inventar o passado” (ALBUQUERQUE JR, 2007, p. 65).

A maior parte da bibliografia existente sobre a imigração italiana no Rio Grande do Sul busca, antes de tudo, analisar o papel da Igreja Católica entre os mesmos, partindo do pressuposto de que a identidade étnica era fraca entre eles e seus descendentes, sendo a catolicidade o principal meio de identificação coletiva da comunidade italo-sul-rio-grandense. Boa parte dessa bibliografia foi produzida pelo clero ou por pessoas ligadas à Igreja Católica. Entretanto, como veremos, a imagem do imigrante como profundamente religioso e avesso ao nacionalismo italiano é o resultado de uma construção histórica ou, como diz Durval Albuquerque, “uma arte de inventar o passado”. O projeto da Igreja venceu uma corrente anticlerical que pouco possuía em comum além de sua posição contrária ao ideário católico, que incluía maçons, nacionalistas, liberais, positivistas, anarquistas e socialistas. A moldagem de uma identidade coletiva é obra da intelectualidade, que busca enquadrar a comunidade dentro

¹ Doutor em História Social pela USP, professor do departamento de História e do PPGH da UFPEL.

de um ideal a ser alcançado. Nos dias de hoje a tarefa de reconstrução do passado com objetivos políticos persiste. Atualmente vemos o surgimento de identidades regionais na Itália que buscam nos descendentes dos imigrantes espalhados pelo mundo uma ligação identitária com a região de partida dos ancestrais. Por sua vez, parte do clero católico volta a reafirmar a relação entre etnia italiana e catolicismo, talvez como um meio de frear o crescimento constante das igrejas pentecostais.

A data simbólica do movimento pela unificação da Itália é o 20 de setembro de 1870, quando os italianos tomaram a cidade de Roma, até então sede dos Estados Pontifícios. O papa Pio IX não concordou em perder o seu poder temporal; refugiando-se no Vaticano, considerou-se desde então como um prisioneiro de guerra. A sua recusa em reconhecer o Estado unificado italiano, ao proibir aos fiéis a participação nas eleições do novo reino, criou uma profunda barreira entre os católicos e o novo governo (MANFROI, 1999, p. 51).

Da luta entre o liberalismo, ideologia que dominava o reino unificado, e a Igreja Católica não estavam isentos os camponeses que aderiram às levas da emigração em massa, muitas das quais partiram sob a liderança de sacerdotes católicos. Enquanto o clero idealizava o Novo Mundo como o espaço onde era possível reconstruir uma sociedade camponesa e clerical que estava em declínio na Europa, os emigrantes sonhavam encontrar na América o país da fartura, onde todos se converteriam em proprietários (BRUNELLO, 1994, pp. 57-60).

Devido ao papel de liderança assumido por alguns sacerdotes católicos no movimento emigratório, não é de se estranhar que o prestígio do clero, que já era grande no norte da Itália, tornou-se ainda maior nas colônias agrícolas do Rio Grande do Sul. Além do seu papel tradicional de líder intelectual dos camponeses, o clero também passou a desenvolver um importante papel assistencial durante os primeiros tempos da colonização. Contudo, o seu prestígio social não deve fazer esquecer que também dominava um poder sobrenatural, pois, segundo Merlotti, os colonos acreditavam que através das bênçãos o padre podia garantir a salvação da alma e a proteção do corpo. "Logo, a função do padre torna-se carregada de valores exteriores à sua própria pessoa, pois deve proteger a ordem tradicional, beneficiando os bons e castigando aqueles que tentaram romper com os elos pré-estabelecidos pela ordem divina" (MERLOTTI, 1979, p. 92).

Enquanto a Igreja preocupava-se em regrar a prática religiosa dos colonos, procurando criar uma identidade coletiva católica que se opunha à

pregação liberal e laica dos nacionalistas italianos, com a implantação da República, aumentou a preocupação das autoridades brasileiras com a assimilação dos estrangeiros. A primeira autoridade italiana a visitar as colônias, depois da implantação do regime republicano, teve o desprazer de ouvir João José Pereira Parobé, secretário de obras públicas do Rio Grande do Sul, declarar-lhe que o estado se interessava pela continuação da corrente imigratória,² salientando que: “se este imigrante for italiano, tanto mais fácil se tornará nosso intento, pela assimilação natural que deriva da raça e da língua” (ANTONELLI apud DE BONI, 1983, p. 20). De fato, a assimilação dos filhos dos imigrantes italianos já vinha acontecendo, mesmo sem a intervenção estatal.

Em 1905, o agente consular Ancarani mostrou-se contrariado ao observar que poucos pais davam importância à educação de seus filhos, o que prejudicava a implementação da política oficial de italianidade patrocinada pelo governo italiano. Os colonos continuavam a falar os dialetos de origem e, os que viviam na sede, preferiam aprender o português para melhor se comunicarem com os brasileiros. Ancarani verificou que a nova geração procurava se integrar na sociedade brasileira a fim de apagar o estigma de imigrante pobre com que a elite luso-brasileira contemplava os imigrantes e seus filhos:

Na sede, mais que em outros lugares, é perceptível a indiferença pelo estudo da nossa língua, especialmente nas donzelas e nos jovens. E não faltam os que mostram repugnância em falar italiano, considerando como humilhação o fato de falar a língua que chamam dos imigrantes (ANCARANI apud DE BONI, 1983, p. 56).

Mas, se os filhos de imigrantes que falavam português ganhavam prestígio nas sedes das colônias, o mesmo não se dava na zona rural, onde eram ridicularizados pelos colonos. Entretanto, apesar da resistência do grupo, o português logo se tornou a língua franca nos contatos interétnicos, o que se verificava com mais frequência nas regiões onde as colônias italianas vizinhavam com as alemãs ou polonesas. Além do ensino do idioma oficial, a escola pública, que se desenvolveu durante o regime republicano, contribuiu para a aculturação dos imigrantes e seus descendentes através da apresentação de símbolos nacionais e estaduais, como brasões, bandeiras, mapas e hinos (AZEVEDO, 1975, pp. 239-242).

² Num relatório de 1903, “Parobé comentou que, diante da escassez de mão-de-obra, era preferível adiar o progresso material do Rio Grande do Sul a trazer mais imigrantes alemães, que se constituiriam em verdadeiros exilados, e cuja constituição afetiva não contribuiria em nada para elevar a moral da sociedade gaúcha”. (GERTZ, 2002, p. 158)

Franzina adverte com razão que o regionalismo gaúcho interferiu no processo de assimilação e integração dos imigrantes italianos (FRANZINA in DAL BÓ, 1999, p. 16). Apesar dos esforços do governo central em criar um nacionalismo brasileiro que servisse de elemento unificador frente às diferenças regionais, elas persistiram com maior ou menor força em todas as regiões. O regionalismo foi sempre muito forte no Rio Grande do Sul, devido à peculiaridade do processo sócio-histórico sul-rio-grandense. A presença da fronteira e as guerras constantes, movidas contra os espanhóis num primeiro momento e, depois da independência, contra as nações platinas, favoreceram o autonomismo político da elite local, que foi bem expressado pela Revolução Farroupilha (CARNEIRO, 2000, p. 122).

As guerras servem como importantes fatores de delimitação de identidades coletivas, na medida em que separam “os outros” de “nós”. Se a Revolução Farroupilha converteu-se no mito fundador do regionalismo gaúcho, a contínua presença dos sul-rio-grandenses nas guerras platinas reforçou a imagem dos habitantes do Rio Grande do Sul como militares natos. A forte presença dos gaúchos durante a Guerra do Paraguai não deixou de ser frequentemente lembrada ao governo central. Se regionalismo sul-rio-grandense já era bastante forte durante o Império, foi durante a Primeira República que ele tornou-se um elemento cultural e político fundamental.

A naturalização em massa, outorgada pela Constituição Federal de 1891, não integrou os imigrantes na política sul-rio-grandense, justamente porque, poucos anos depois da Proclamação da República, eclodiu a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul. Os teuto-brasileiros tiveram mais problemas em enquadrar-se no novo sistema, porque a maioria dos seus líderes políticos havia feito parte do Partido Liberal, que fora aliado do poder pelos republicanos (ROCHE, 1969, p. 706). Entre os federalistas, a maioria era gente dos estancieiros da campanha. Na colônia alemã, os federalistas tinham alguma simpatia da população, porque os republicanos haviam perseguido Koseritz e assassinado Haensel, políticos liberais. Como medida temporizadora, Júlio de Castilhos, primeiro presidente do estado do Rio Grande do Sul, mandou abrir escolas em São Leopoldo e mandou prender teuto-brasileiros suspeitos. Já, segundo Love, “Entre os colonos italianos, o chefe republicano sentia-se bem mais forte” (LOVE, 1975, p. 67).

No fim da Revolução Federalista a aliança entre litoral e serra substituiu a antiga aliança litoral-campanha. A oposição ao PRR era mais forte nos municípios de fronteira e muito fraco na zona colonial italiana e alemã (LOVE, 1975, pp. 80-83). Ainda segundo Love, a população colonial era mais fiel ao PRR que os outros sul-rio-grandenses. Em Caxias, a proporção de

republicanos para federalistas foi de quase dez para um. As hipóteses levantadas pelo historiador norte-americano para explicar o sucesso do PRR entre os colonos italianos foram: a violência do coronelismo, a falta de integração na cultura brasileira e o domínio imperfeito da língua (LOVE, 1975, pp. 142-143). Poderíamos ainda acrescentar o apoio direto de uma parte do clero e velado por parte da hierarquia católica que pretendia obter algumas vantagens ao se aproximar do poder constituído.

Os republicanos prontamente atenderam a alguns dos principais anseios da população da região de colonização italiana da serra. Em 1890, Caxias do Sul conseguiu a sua emancipação do município de São Sebastião do Caí, enquanto a ex-colônia Dona Isabel conseguiu a sua emancipação do município de São João de Montenegro e passou a se chamar Bento Gonçalves. Por sua vez, a antiga colônia Conde D'Eu, transformada em distrito de Bento Gonçalves, conseguiu sua autonomia em 1900, quando tomou o nome de Garibaldi. Mas, enquanto a região colonial italiana do nordeste do Rio Grande do Sul era favorecida pelo novo governo, a ex-colônia Silveira Martins não teve a mesma sorte; seu território foi dividido entre os municípios de Santa Maria, Vila Rica e Cachoeira do Sul. A desunião dos líderes da colônia, a vizinhança de municípios antigos e influentes e a derrota dos federalistas, liderados por Silveira Martins, foram as principais causas da fragmentação da colônia. Em 1891, foi criado o município de Vila Rica, num claro favorecimento do líder republicano à sua terra natal. Posteriormente, o município adotou o nome de Júlio de Castilhos (SAQUET, 1999, pp. 120-122).

Durante a Primeira República, a maçonaria funcionou como elemento de ligação entre seus membros e os organismos de poder do Estado, assumindo o papel desempenhado pelos coronéis no Império: "Ser maçom significava poder servir-se de um canal privilegiado para o atendimento de demandas individuais e coletiva" (VÉSCIO, 2001, p. 127). Porém, pertencer à maçonaria significava romper com a Igreja Católica. Em sua luta contra a maçonaria, o clero passou a atacar a acumulação de capital feita pelos comerciantes às custas dos colonos o que, por sua vez, reforçava sua imagem de defensor dos agricultores. O padre escalabriniano Giovanni Costanzo denunciou a atitude dos comerciantes de Nova Bassano, em 1910, que, ao fixar a seu favor os preços das mercadorias compradas e vendidas aos colonos, agiam como vampiros (BRUNELLO, 1994, p. 105). No seio dessa luta, a situação dos agricultores era muito delicada, pois podiam sofrer represálias de algum grupo caso se declarassem favoráveis a uma das partes. Procuraram então manter uma posição neutra nos conflitos entre o clero e os comerciantes que, como foi dito, eram em sua maioria maçons. Temiam tanto as maldições

dos padres como a perda do crédito e da garantia da compra do excedente agrícola pelos comerciantes (MARIN, 1999, pp. 87-88).

Além das lojas maçônicas, logo foram instituídas sociedades italianas. Geralmente o mesmo elemento que frequentava as lojas maçônicas era membro de uma sociedade italiana, mas isso não era uma regra geral. A maioria dessas sociedades se constituiu junto aos núcleos urbanos da colônia e geralmente levavam o nome de algum herói italiano ou de algum membro da Casa Real da Itália. Além da assistência aos sócios, elas tinham como objetivo manter vivo entre os imigrantes e seus descendentes o sentimento de italianidade. Em busca desse objetivo promoviam a comemoração das datas nacionais italianas e o culto à memória dos heróis da península. E, como a data da conquista de Roma coincide com o dia em que se comemora a Revolução Farroupilha, sob a influência do castilhismo o 20 de setembro tornou-se uma festa de integração entre italianos e gaúchos, com o culto conjunto dos heróis de ambos os povos pelos membros das sociedades italianas (AZEVEDO, 1975, Pp. 250-253).

Entretanto, com poucas exceções, as sociedades italianas eram muito fracas, pois seus membros geralmente descarregavam na vida associativa suas ambições, frustrações e querelas pessoais, o que levava à pulverização dessas instituições. No Rio Grande do Sul, as associações italianas alcançaram cifra máxima de 64 no início do século XX (TRENTO, 1989, p. 172). Como exemplo, podemos citar o caso de Pelotas. Em primeiro de outubro de 1873 foi fundada a primeira sociedade italiana pelotense, a Unione e Philantropia, nas dependências do Hotel Aliança. Não tardou em surgir uma dissidência. A sociedade, fundada sob a liderança de Gaetano Gotuzzo e Santiago Prati, expulsou os sócios fundadores Vicente Gentilini, Paschoal Falche (vice-presidente) e Jeronymo Canevaro (tesoureiro e agente consular) em 12 de setembro de 1875. Discussões entre os dois grupos foram publicadas nos jornais da época, resultando na formação de outra sociedade, porém com o mesmo nome, que se registrou em 4 de maio de 1877, a Unione e Philantropia (dissidente). No ano seguinte temos a última referência à permanência da primeira sociedade (ANJOS, 2000, pp. 130-133).

Durante o governo Crispi (1887-1896) os consulados italianos foram incentivados a auxiliar na criação e desenvolvimento das sociedades italianas, com o objetivo de manter vivo entre os imigrantes o sentimento de italianidade. Nesse momento, a imigração havia deixado de ser um problema para converter-se em um instrumento que impulsionava o desenvolvimento econômico da Itália através das remessas de capital e do desenvolvimento da navegação. Dentro dessa perspectiva, interessava manter os vínculos entre os

imigrantes, que passaram a ser considerados “italianos no exterior”, com vistas a manter as ligações comerciais entre a Itália e as suas “colônias” de imigrantes (IOTTI, 2001, pp. 52-55). A tensão entre Roma e o Estado italiano chegou ao ponto culminante durante o governo de Crispi, que “descrevera o Vaticano como um adversário implacável da Itália” (OTTO, 2006, p. 247).

Se as sociedades italianas conseguiram agrupar um certo número de membros nos núcleos urbanos das colônias, as tentativas de captar os agricultores para o capitalismo italiano através do culto da italianidade não foram bem sucedidas, uma vez que os cônsules raramente intercediam em favor dos colonos. Também não se difundia o uso da língua italiana, pois dentre os imigrantes poucos eram os que não se expressavam no dialeto da região de origem. Mais de 50% dos imigrantes eram analfabetos e sem subsídios as escolas não prosperavam, uma vez que deviam cobrar pelo ensino ministrado (MAESTRI, 2000, pp. 29-30).

A princípio duramente combatidas pelos ultramontanos,³ representados principalmente pelos capuchinhos na região serrana e pelos palotinos na região da Quarta Colônia, as associações italianas deixaram de ser vistas como inimigas da Igreja com a ascensão do Fascismo, quando as relações entre o Estado italiano e a Igreja se transformaram totalmente. De fato, o principal agente divulgador da “Jovem Itália” na região colonial foi a Igreja Católica, uma vez que, através dos acordos de Latrão, assinados em 1929, Mussolini resolveu a espinhosa “Questão Romana”, que, desde 1870, dificultava as relações entre a Igreja e o Estado italiano. Com a assinatura dos tratados de Latrão, que reconheciam o Estado do Vaticano, indenizavam a Igreja pela anexação dos Territórios Pontifícios à Itália e declaravam o catolicismo a religião oficial do Estado italiano (PALLA, 1996, pp. 57-58), o prestígio obtido por Mussolini não se restringiu à Itália, mas alcançou todo o mundo católico, difundindo-se na região colonial italiana através da pregação do clero e da imprensa católica.

Desde então diminuíram as tensões entre o Estado italiano e a Igreja Católica, pois a ascensão de Mussolini significou o fim do liberalismo na Itália, identificado pelo clero como o espaço de domínio da maçonaria. O regime fascista tornava possível juntar a política de italianidade promovida pelo

³ O clero ultramontano, “identificado e comprometido com a Restauração, rejeitou a sociedade moderna, a separação Igreja e Estado, a liberdade religiosa, a educação pública sem controle eclesial e proclamou a autoridade da hierarquia católica para regulamentar a coisa pública” (DREHER, 1999, p. 146).

governo italiano ao catolicismo ultramontano defendido pela maior parte do clero de então.

O jornal dos capuchinhos, principal periódico em circulação na região de colonização italiana do Rio Grande do Sul, começou a fazer uma defesa cada vez mais clara do fascismo na década de 1930. Na comemoração dos dez anos de implantação do regime fascista, em 2 de novembro de 1932, o *Staffetta Riograndense*, descreveu Mussolini como “um herói que luta em defesa de uma nova era de paz, traz uma espada em sua mão para combater os inimigos (maçonaria e socialismo) e desarmá-los” (apud GIRON, 1994, p. 94). Dentro dessa perspectiva, o Duce era visto pelo clero como o herói que havia salvado a Itália da anarquia e do comunismo. Contudo, apesar do apoio da Igreja, houve pouca adesão dos colonos ao fascismo. A simpatia pelo novo regime, que representava os principais valores cultuados pelos colonos (trabalho, disciplina, ordem, família), não foi suficiente para engajá-los diretamente na luta. Bertonha acredita que a deficiência da propaganda fascista entre a população rural e o caráter de inércia da mesma restringiram a adesão formal ao fascismo a alguns membros da burguesia e da classe média das cidades da região colonial, especialmente de Caxias do Sul (BERTONHA, 2001, pp. 218-229).

Em 1928, criou-se uma comissão pró-criação do bispado de Caxias do Sul, a partir de um movimento iniciado pelo clero regional. Essa comissão era liderada pelo prefeito, Celeste Gobatto, que também era um importante líder fascista em sua cidade. Apesar de não contar com o apoio do arcebispo, D. João Becker, em 1935 a criação da nova diocese foi confirmada pela Santa Sé: “Na luta pela diocese, a italianidade apareceu em diversos modos: interesse consular, luta por um mapa que tivesse os contornos da colônia italiana, tática de apoiar a criação de Vacaria para evitar ser diocese de campanha, desejo de municípios coloniais por integrar o mapa” (PINZETTA in DE BONI, 1996, pp. 546-547).

Se a Revolução de 1930 sofreu duras críticas por parte do clero da região colonial italiana, o mesmo não aconteceu quando da implantação do Estado Novo, que recebeu a fervorosa adesão de uma considerável parcela de clero regional. Porém, na medida em que o Brasil se distanciava do Eixo e passava para o campo dos aliados, o clero ia adequando-se à nova situação, através do apoio a Getúlio Vargas e do abandono da pregação pró-fascista (GIRON, 1994, p. 93). A declaração de guerra à Itália não significou um trauma muito grande no Brasil, pois foram poucas as restrições adotadas, como a proibição do uso da língua italiana e o bloqueio de parte dos depósitos bancários dos cidadãos italianos. Talvez o pior tenha sido ter de assistir

impotentes à queda do mito de superioridade difundido pelo fascismo. Trento salienta que os italianos tiveram melhor tratamento pelas autoridades brasileiras que os outros súditos do Eixo (TRENTO, 1989, pp. 397-399).

Contudo, a repressão existiu, mas se fez de maneira diferenciada, de acordo com a conjunção local. Enquanto em algumas regiões, como em Guaporé (SGANZERLA, 2001), ela não foi muito violenta, na região da Quarta Colônia, a fim de apreender material nazi-fascista a polícia invadiu casas e, em Vale Vêneto e em Dona Francisca, foram registradas mortes. As sociedades italianas tiveram de adotar nomes em português que não fizessem referências à Itália, mas mesmo assim não deixaram de sofrer atentados, como a derrubada do busto do rei Emanuel III, que se localizava na praça de São Marcos (MARIN, 1989, p. 115).

Alguns anos após o fim da guerra e do Estado Novo, a comunidade ítalo-rio-grandense voltou a manifestar-se culturalmente através das comemorações do 75º aniversário da imigração italiana, em 1950. Podemos acompanhar as transformações ocorridas no sentimento de identidade dos ítalo-rio-grandenses na análise feita por Silvino Santin de três documentos comemorativos à imigração italiana no Rio Grande do Sul. O documento comemorativo do 50º aniversário da imigração (1925) foi escrito em italiano e apresentava com destaque a figura de Mussolini, procurando, a todo o momento, destacar a atuação das sociedades italianas na preservação da italianidade. No 75º aniversário (1950) o documento foi redigido em português e nota-se que ele já não exalta a preservação da italianidade, mas sim o trabalho do imigrante na agricultura, no comércio e na indústria e apresenta o Estado brasileiro à frente das comemorações. Preocupa-se também em evitar a discriminação contra os italianos e descendentes e concentra sua atenção na Festa da Uva, em Caxias do Sul, festa maior da comunidade ítalo-rio-grandense. Já o documento comemorativo do centenário da imigração (1975) é uma publicação bilíngüe que buscou, antes de tudo, valorizar a integração dos imigrantes e seus descendentes à nova pátria (SANTIN in DE BONI, 1996, pp. 593-610).

Pode-se afirmar que o renascimento da afirmação de pertença étnica ressurgiu em 1975, quando, para celebrar o centenário da imigração italiana no Rio Grande do Sul surgiram várias publicações, em sua maioria sem rigor científico, que buscavam, sobretudo, construir um passado heróico para os imigrantes (CARBONI, 2002, pp. 57-60), mas só tomou força na década de 1980, quando o fim do chamado “milagre brasileiro” coincidiu com a ascensão econômica da Itália (CARBONI e MAESTRI, s/d, pp. 52-53). As dificuldades econômicas vividas pelo Brasil ajudaram na aplicação do que Glazer chamou

“lei de Hansen”, que estabelece que a identidade étnica tende a ser rejeitada na segunda geração mas revitalizada na terceira (POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 1998, p. 71).

O cenário internacional também ajudou na retomada do interesse pela etnicidade. Nos últimos anos tem-se observado, como fenômeno mundial, a revalorização da cultura regional que, em alguns casos, acabou por fazer renascer velhos nacionalismos, como aconteceu no leste europeu após a queda dos regimes socialistas. Na Itália, as disparidades econômicas e culturais entre o norte e o sul do país radicalizaram-se com a criação da Lega Nord, que propôs a secessão e a criação de um novo país no norte da península, a Padânia.⁴

Com a vitória nas últimas eleições italianas, a Lega Nord assumiu o poder não só em várias províncias e regiões como também se tornou parte integrante do governo central italiano. Se, com a ascensão ao poder, a Lega Nord deteve sua política secessionista, limitando-se a tentar implantar um sistema federalista no país, seus representantes nos governos provinciais e regionais deram início a uma política de valorização da cultura local, buscando, através do incentivo à manutenção da cultura tradicional e do dialeto, construir uma identidade regional.⁵ Com o aumento da autonomia política, resultado direto da implantação progressiva do federalismo na Itália, o governo regional do Vêneto passou a demonstrar um crescente interesse pelas comunidades de imigrantes e descendentes conhecidos desde então como “vênetos no mundo”. Tal política parece ter por finalidade a legitimação de uma identidade vêneta, que teria possibilitado a preservação dos costumes daquela região italiana no sul do Brasil mesmo após mais de um século de imigração.

Reflexos dessa política podem ser vistos nos estados do sul do Brasil, particularmente no Rio Grande do Sul onde, ao lado do renascimento do sentimento de italianidade, surgiu um movimento cultural que luta pela conservação do dialeto e da cultura herdada dos antepassados que, ao mesmo tempo em que se proclama defensor de uma cultura de origem italiana formada no Brasil meridional e, portanto ítalo-sul-brasileira, busca a identificação antes de tudo com a região do Vêneto. A aproximação dos ítalo-sul-rio-grandenses aos vênets nada tem de estranho, uma vez que a maioria

⁴ Sobre o assunto, consultar: DIAMANTE (1996); RUMIZ (2001).

⁵ Sobre o debate acerca da questão da construção da identidade vêneta, consultar: BRUNELLO e PES (2001).

dos imigrantes italianos que se estabeleceram na região colonial do Rio Grande do Sul, a partir de 1875, veio dessa região italiana.⁶

Na Europa, a anexação da Veneza ao reino da Itália não levou à criação imediata de uma identidade regional vêneta e nacional italiana, persistindo por muito tempo ainda a identificação com as aldeias e cidades da região (FRANZINA in DAL BÓ, 1989, p. 16). Essas lealdades localistas foram trazidas pela maioria dos imigrantes, principalmente pelos camponeses, que só se viram como italianos ao se contraporem às outras etnias existentes no Rio Grande do Sul. É interessante constatar que o localismo dos primeiros imigrantes foi cedendo espaço à medida que crescia o regionalismo vêneta, que congregava a maioria dos imigrantes e assimilava as minorias ao grupo majoritário. Isso pode ser observado nas referências ao leão alado de São Marcos, símbolo de Veneza, capital cultural do Vêneto.

É também provável que o interesse pela venicidade atendessem ao desejo dos habitantes da zona colonial em diferenciarem-se dos imigrantes que viviam nas áreas urbanas, especialmente em Porto Alegre, onde havia uma importante comunidade calabresa (CONSTANTINO, 1991).

Contudo, foi só nos últimos anos, quando se iniciou uma verdadeira corrida aos consulados italianos na América Latina em busca do passaporte italiano é que renasceu a identidade regionalista entre os descendentes dos imigrantes, já que para ter reconhecida a nacionalidade italiana é preciso saber o município da Itália (comune) onde nasceu o imigrante. Essa busca pela localidade de origem do antepassado contribuiu para a criação e o desenvolvimento de organizações ligadas a determinadas regiões italianas como o Vêneto ou o Trentino ou mesmo a determinadas províncias vênetas, como Treviso, de onde saíram muitos imigrantes rumo ao Brasil.

Enquanto a perspectiva da obtenção de um passaporte italiano, facilitado pela legislação da Itália, que se baseia no princípio do jus sanguinis, representa os anseios de uma população jovem e urbanizada, que busca no intercâmbio cultural com a Itália ou mesmo na emigração uma maneira de inserir-se numa sociedade cada vez mais globalizada, outro grupo busca na retomada dos valores dos imigrantes, a preservação da comunidade camponesa e católica, ameaçada pela crescente urbanização e pela proliferação das igrejas evangélicas. Dentro desses objetivos, a língua passa a ser o principal meio de

⁶ A maioria dos imigrantes italianos chegados às colônias agrícolas do Rio Grande do Sul provinha do nordeste da Itália: 54% de vênetas, 33% de lombardos, 7% de trentinos, 4,5% de friulanos e 1,5% de outras proveniências. Cf. (FROSI e MIORANZA, 1975, p. 36).

coesão dos grupos. Enquanto o primeiro busca no italiano oficial a melhor maneira de inserir-se na sociedade moderna italiana, o segundo busca a preservação da cultura dos imigrantes na valorização de uma koiné dialetal, sistematizada pelos capuchinhos em obras como *Vita e Stória de Nanetto Pipetta*, *Togno Brusafрати*, *Storia de Nino*, *Stória de Pêder*, e outras, que começaram a surgir nos anos posteriores a 1920 (COSTA in DE BONI, 1987, pp. 388-389).

Segundo Pozenato essa literatura em dialeto se relaciona com a cultura clerical. Publicada no principal jornal que circulava entre os imigrantes e seus descendentes, o periódico dos capuchinhos, *Staffetta Riograndense*, ajudou a criar e padronizar uma linguagem em comum. Nesse caso a cultura popular propriamente dita era a cultura clerical. Embora houvessem casos isolados de letrados leigos entre os dois planos culturais, o seu número era insuficiente para caracterizar uma classe letrada leiga (POZENATO, in VÁRIOS, 1979, pp. 225-231). O que se busca então é resgatar o clericalismo que marcou a experiência da maioria dos imigrantes italianos que se estabeleceram na região colonial do Rio Grande do Sul.

Hobsbawm observou que as línguas de grupos minoritários podem ser utilizadas para “a defesa dos velhos costumes e tradições contra as subversões da modernidade” (HOBSBAWM, 2002, pp. 142-143). Circunstância que parece não ter passado despercebida aos linguistas, para os quais o dialeto chamado *talian* ou “*vêneto brasileiro*”, em seu estágio atual, deve ser visto antes como uma busca de reafirmação de pertença étnica e da valorização dos costumes camponeses mais do que a sistematização de uma nova língua, como propõem seus defensores.⁷

Júlio Posenato, um dos divulgadores do *talian*, vê o imigrante através do mito de que ele venceu sozinho todas as adversidades, sem contar com o apoio das autoridades italianas e brasileiras.⁸ Para ele, os subsídios dados pelos consulados italianos aos cursos de língua italiana seriam uma forma de colonização cultural da comunidade italo-sul-rio-grandense, o que indica que desconhece o fato de que boa parte dos jornais dirigidos aos imigrantes e seus descendentes foram redigidos em italiano, e não em dialeto, até a proibição de publicações em língua estrangeira durante a campanha de nacionalização decretada por Getúlio Vargas. Por sua vez, defende-se de acusações de racismo na divisa adotada pela associação *Massolin di Fiori*, da qual é membro: *Mi son*

⁷ Consultar os artigos de CARBONI e CLEMENTE in: DAL BÓ, IOTTI, e MACHADO (1999) e FROSI In: CARBONI E MAESTRI (2000, pp. 83-98).

⁸ Sobre a mitificação da história da colonização italiana, consultar: CORTEZE (2002).

talian grassie a Dio (eu sou “talian” graças a Deus), vista por Posenato como uma “afirmação ativa de cidadania” (POSENATO in DAL BÓ, 1999, pp. 255-280). Darcy Loss Luzzatto, criador do mote, afirma que com ele quer dizer: “Eu sou brasileiro, descendente de imigrantes oriundos do Norte da Itália, graças a Deus” (LUZZATTO, 1993, p. 129). Honório Tonial, ao criticar a maneira estereotipada como as telenovelas tratam a história da imigração italiana afirma que, em seu livro, *Talian, la nostra vera língua*, busca fazer diversas referências à maneira de vida de seus antepassados, sem a preocupação de fazer sensacionalismo (TONIAL, 2001, p. 11). É mais uma tentativa de preservação do dialeto e dos valores camponeses dos imigrantes.

Por sua vez, Luzzatto procura valorizar o dialeto ao desvinculá-lo do mundo camponês, ligando-o à prestigiosa história da República de Veneza. Nessa tentativa, insiste no regionalismo, negando que os imigrantes se sentissem italianos (LUZZATTO in MAESTRI, 1998, pp. 168-172). Contudo, o termo talian não se refere a nenhum dialeto italiano específico, mas refere-se sim ao gentílico “italiano”, já que os descendentes mais velhos não conseguem fazer uma distinção entre os termos “taliano”, “talian” e “italiano” (CARBONI, 2002, p. 345). Para Franzina, apesar da luta da Igreja contra o Estado Italiano, os imigrantes da Península Itálica se viam como italianos na medida em que eram diferenciados dos outros grupos étnicos presentes no Rio Grande do Sul. Os imigrantes vindos depois da Segunda Guerra Mundial seriam conhecidos entre os imigrantes mais antigos como “italianos da Itália” (FRANZINA in DAL BÓ, 1999, pp. 13-43).

Na perspectiva de criar uma língua que sirva como elemento de coesão para afirmar a identidade étnica, foram feitas várias tentativas de normatização do talian. Luzzatto defende que se devem extrair os “brasileirismos” daquilo que, pretende, é a mais nova língua neolatina. Rovilio Costa insistia em que o talian fosse ensinado às crianças como uma condição para a sobrevivência, mas também reconhecia que muitos textos escritos em dialeto não passam de português italianizado (CARBONI, 2002, pp. 349-350). O jornal dos capuchinhos, que atualmente se chama *Correio Riograndense*, publicou durante algum tempo lições de talian do curso organizado por Luzzatto. Nas lições eram frequentes as referências ao Vêneto, particularmente à Veneza, numa tentativa de vincular o talian a uma cidade que por séculos foi um importante centro comercial e cultural europeu. Ainda hoje o jornal publica artigos em talian, que, em geral, são enviados por colaboradores.

Há, portanto, um esforço por criar uma língua vêneta que una os “taliani” aos “venetistas”. Dois livros do italiano Gianfranco Cavallin, *Esiste la lingua veneta?* e *Gli ultimi veneti* foram publicados pela EST edições de Porto

Alegre, o que indica que há interesse em trazer o debate sobre a identidade vêneta para o Rio Grande do Sul. O autor, formado em Letras pela Universidade de Pádua, tem várias outras publicações que versam sobre a construção da identidade vêneta na Itália e no mundo. Na perspectiva de criar uma língua padrão através da unificação dos vários dialetos da região, Cavallin se interessa pela experiência brasileira, propondo que a ortografia do vêneto se baseie no texto da missa vertido para o talian (CAVALLIN, 2001, pp. 74-80).

Também publicado pela EST Edições, o livro *Os Vênets: nossos antepassados*, do Padre Antônio D. Lorenzatto apresenta os vênets como um povo dotado de diversas qualidades, pois segundo o autor os vênets “eram e são: pioneiros, desbravadores, exploradores, precursores, empreendedores, realizadores, arrojados, descobridores, bandeirantes [sic], denodados, audazes, fogosos, afoitos, intrépidos, valorosos, corajosos, valentes, impetuosos, perseverantes, gente decidida, de iniciativas e de trabalho” (LORENZATTO, 1998, p. 15). Outras qualidades deste povo, que não parece ter defeitos, são: “ciosos pela liberdade, amantes da paz, apaixonados pelo trabalho, profundamente religiosos, nutrem grande estima e respeito pela mulher e pela família, paixão pela água, amigos dos animais” (LORENZATTO, 1998, pp. 15-16).

Lorenzatto procura no mito as origens desse povo ao afirmar: “Quem eram os Vênets de ontem? Eles são um importante ramo da gigantesca raça ariana (nobre)”. O autor busca também na Bíblia elementos que assegurem a veracidade da sua história, afirmando que: “poderíamos reconstruir a linhagem vêneta até Adão” (LORENZATTO, 1998, p. 16). E continua: “Os Jafetitas, foram os mais numerosos pela bênção especial que Noé deu a este filho: ‘que Deus dilate e multiplique’ (Gn. 9,27). Deles se originou a grande família Ariana ou Indo-Européia, nossos antepassados” (LORENZATTO, 1998, p. 17). Como “o maior historiador dos Vênets antigos” é citado Franco Rocchetta que, como o próprio Lorenzatto admite, “sem apresentar maiores provas, coloca o berço desse valoroso povo da Antiguidade (e também da atualidade) nas estepes, ao sul da Rússia, ou seja, nas bacias inferiores dos rios Don e Volga”. (LORENZATTO, 1998, p. 16). A mitologia greco-romana também serve de sustentáculo a sua tese de que os atuais vênets deixaram a Ásia Menor quando da destruição de Tróia pelos gregos, vindo então a se estabelecer no nordeste da Itália de onde, no século XIX, se espalham pelo mundo (LORENZATTO, 1998, pp. 39-45).

A coletânea de textos organizados por Hobsbawm e Ranger em *A Invenção das Tradições* nos mostra como é possível criar uma nação recorrendo ao mito, à religião ou a supostas afirmações científicas, como

podemos verificar no conjunto de “provas” com que Lorenzatto tenta mostrar uma continuidade histórica da nação vêneta dos primórdios da humanidade até os dias atuais. Comunidade esta que, naturalmente, nunca perdeu seus valores, pois a preservação deles garantiu a manutenção do sentimento de nacionalidade, segundo o pensamento do autor.

O fim da liberdade dos vênets teria ocorrido durante a invasão da Itália por Napoleão, que pôs fim à República de Veneza, cujo território foi posteriormente anexado a países estrangeiros, dentre os quais o último foi o Reino da Itália. Entretanto, embora Veneza tenha conseguido garantir dois séculos e meio de paz e cinco séculos de independência, ela não conseguiu construir um Estado vênets, no qual todas as categorias sociais pudessem se identificar e unir-se contra a invasão napoleônica. O sistema aristocrático de Veneza excluía a nobreza e a burguesia dos seus domínios de “terra firme” de qualquer participação política. Para participar do grupo dirigente era preciso que os senhores das províncias fossem admitidos na nobreza veneziana. Até o fim, Veneza foi a “dominante” e não a capital do Vênets, situação que facilitou a atuação das tropas invasoras, já que as classes dirigentes das províncias “da terra firme” procuram antes restabelecer as autonomias comunais com a ajuda dos franceses que se submeter ao governo veneziano (ZORZI, 1999, pp. 222-223).

Embora os defensores da preservação e difusão do talian neguem qualquer tipo de ligação com uma política de italianidade ou venetismo (POSENATO in DAL BÓ, 1999, p. 277), os fatos parecem indicar que tal ligação realmente existe, e que é muito forte. Em novembro de 1998, quando se debatiam os estatutos da Associação de Programas de Rádio em Talian (ASSAPRORATA), uma conexão telefônica colocou em contato os representantes dessa associação com os locutores da Rádio Padania, porta-voz de um dos movimentos separatistas italianos mais radicais, a Liga Veneta. O debate entre os dois grupos, transmitido ao vivo, constituiu o momento de maior tensão emotiva do encontro (CARBONI e MAESTRI, s/d, p. 70).

Neste debate pela construção de uma identidade ítalo-sul-rio-grandense notamos uma evolução contínua onde dois grupos lutam para fazer valer a sua imagem do que deve ser o descendente de italiano no Rio Grande do Sul. Do início da imigração até a ascensão do Fascismo, a disputa foi travada entre o clero ultramontano, que não reconhecia a anexação de Roma ao reino da Itália e lutava contra o ideário liberal e anticlerical dominante entre a elite italiana, mas que defendia a preservação da língua (ou do dialeto) e dos valores do campesinato italiano entre os imigrantes e seus descendentes como um importante fator de preservação da catolicidade entre os mesmos. Já os

representantes do nacionalismo italiano, através das associações italianas, buscavam preservar entre os imigrantes e seus descendentes o sentimento de italianidade que era alimentado pelos governos da Itália, especialmente durante o período Crispi.⁹

A reconciliação entre a Igreja e o Estado, patrocinada por Mussolini, levou a uma revalorização da italianidade, que passou a ser também defendida pelo clero católico. Porém a política de nacionalização de Vargas e os governos militares sufocaram qualquer tentativa de renascimento de afirmação étnica que fosse de encontro à construção da imagem oficial do que deveria ser um “bom brasileiro”. A crise econômica que marcou o fim da ditadura militar no Brasil, contemporânea do renascimento dos nacionalismos que se seguiu ao desmoronamento dos estados socialistas no leste europeu, favoreceram a retomada da identidade étnica entre os descendentes de imigrantes. Contudo, como no início da colonização, dois grupos lutam pela construção da identidade coletiva: um, que se orienta pela etnicidade, vê na ligação com a moderna sociedade italiana um fator de promoção e inserção na sociedade contemporânea, enquanto o outro busca retomar os valores dos imigrantes, numa releitura romântica da sociedade camponesa e clerical do passado, buscando respaldo na etnicidade e na catolicidade, que seriam os elementos definidores da identidade coletiva dos ítalo-sul-rio-grandenses.

Referências Bibliográficas:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: A Arte de Inventar o Passado*. Bauru: Edusc, 2007.

ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e Modernização: A Cidade de Pelotas no Último Quartel do Século XIX*. Pelotas: Editora Universitária, UFPel, 2000.

AZEVEDO, Thales de. *Italianos e Gaúchos*. Porto Alegre: A Nação; IEL, 1975.

BERTONHA, João Fábio. *O Fascismo e os Imigrantes Italianos no Brasil*. Porto Alegre: Edipucrs.

⁹ Para um estudo sobre a construção da italianidade no Rio Grande do Sul até 1945 consultar: POSSAMAI (2005).

BRUNELLO, Piero. *Pioneri: Gli Italiani in Brasile e il Mito della Frontiera*. Roma: Donzelli, 1994.

_____; PES, Luca (org.) "Identici a chi? Contro l'Assessorato alle politiche per la cultura e l'identità veneta". *Quaderno n. 4 Dell'Osservatorio Veneto*. Mestre, 2001.

CARBONI, Florence. *Eppur si Parlano!* Passo Fundo: UPF, 2002.

_____; MAESTRI, Mário (orgs.). *Raízes Italianas do RS (1875-1997)*. Passo Fundo: UPF, 2000.

_____; MAESTRI, Mário. *Mi Son Talian, Grassie a Dio! Globalização, Nacionalidade, Identidade Étnica e Irredentismo Étnico na Região Colonial Italiana do RS*. Passo Fundo: *Cadernos do Núcleo de Estudos Históricos Lingüísticos da UPF*, n. 1, s/d. páginas

CARNEIRO, Newton Luís Garcia. *A Identidade Inacabada*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

CAVALLIN, Gianfranco. *Esiste la Lingua Veneta?* Porto Alegre: EST, 2001.

_____. *Gli Ultimi Veneti*. Porto Alegre: EST, 2001.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O Italiano da Esquina*. Imigrantes na Sociedade Porto-Alegrense. Porto Alegre: EST, 1991.

CORTEZE, Dilse Piccin. *Ulisses va in América: História, Historiografia e Mitos da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Passo Fundo: UPF, 2002.

DAL BÓ, Juventino, IOTTI, Luiza Horn e MACHADO, Maria B. P. (orgs.). *Imigração Italiana e Estudos Ítalo-Brasileiros*. Caxias do Sul: EDUCS, 1999.

DE BONI, Luís A. (org.). *A Presença Italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1987, v. 1.

_____. (org.). *A Presença Italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1996, v. 3.

_____. *A Itália e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1983.

DIAMANTE, Ilvo. *Il Male Del Nord: Lega, Localismo Secessione*. Roma: Donzelli, 1996.

DREHER, Martin N. *A Igreja Latino-Americana no Contexto Mundial*. São Leopoldo: Sinodal, 1999.

- FROSI, Vitalina Maria e MIORANZA, Ciro. *Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Movimento, 1975.
- FROSI, Vitalina Maria. "Os Dialeto Italianos no RS: Conveniência e Mescla Lingüística". In: CARBONI, Florence e MAESTRI, Mário (orgs.). *Raízes Italianas do RS (1875-1997)*. Passo Fundo: UPF, 2000, pp. 83-98.
- GERTZ, René. *O Aviador e o Carroceiro: Política, Etnia e Religião no Rio Grande do Sul dos Anos 1920*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.
- GIRON, Loraine Slomp. *As Sombras do Littorio: O Fascismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Parlenda, 1994.
- POUTIGNAT, Philippe ; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Unesp, 1998.
- HOBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa Mito e Realidade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- _____; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- IOTTI, Luiza Horn. *O Olhar do Poder*. 2ª ed. Caxias do Sul: EducS, 2001.
- LORENZATTO, Antônio D. *Os Vênets: Nossos Antepassados*. Porto Alegre: EST, 1998.
- LOVE, Joseph L. *O Regionalismo Gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LUZZATTO, Darcy Loss. *El Nostro Parlar*. Porto Alegre: DC Luzzatto, 1993.
- MAESTRI, Mário. *Nós, os Ítalo-Gaúchos*. 2ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- MARIN, Jéri Roberto (org.). *Quarta Colônia: Novos Olhares*. Porto Alegre: EST, 1999.
- MERLOTTI, Vânia B. P. *O Mito do Padre entre os Descendentes de Italianos*. 2a ed. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1979.
- OTTO, Clarícia. *Catolicidades e Italianidades: Tramas e Poder em Santa Catarina (1875-1930)*. Florianópolis: Insular, 2003.
- PALLA, Marco. *A Itália Fascista*. São Paulo: Ática, 1996.
- POSSAMAI, Paulo. "*Dall'Italia siamo partiti*": A Questão da Identidade entre os Imigrantes Italianos e seus Descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005.

- ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- RUMIZ, Paolo. *La Secessione Leggera: Dove Nasce la Rabbia del Profondo Nord*. Milano: Feltrinelli, 2001.
- SAQUET, Marcos Aurélio. *Os Tempos e os Territórios da Colonização Italiana*. Porto Alegre: EST, 1999.
- SGANZERLA, Cláudia Mara. *A Lei do Silêncio: Repressão e Nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945)*. Passo Fundo: UPF, 2001.
- TONIAL, Honorio (org.). *Talian, la Nostra vera Lingua*. Erechim: Edifapes, 2001.
- TRENTO, Angelo. *Do Outro Lado do Atlântico: Um século de Imigração Italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, Istituto Italiano di Cultura di San Paolo; Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1989.
- VÁRIOS. *Imigração Italiana: Estudos*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1979.
- VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O Crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul, 1893-1928*. Porto Alegre: UFRGS; Santa Maria: UFSM, 2001.
- ZORZI, Alvise. *San Marco per Sempre: Una Storia Mai Raccontata*. Milano: Oscar Mondadori, 1999.

Abstract: The objective of this article is to present some thoughts about the process of identity formation in the descendants of Italian immigrants living in Rio Grande do Sul State in Southern Brazil. During the early years of colonization, there were two identities that were formed in opposition: the Catholic and the Italian, both attached to the same ethnic group, but with different political views. Today we see the rebirth of the regional Italian sentiment, simultaneous to the creation of the *talian*, the Italian descendant from the South of Brazil.

Keywords: Immigration, colonization, identity.

E-mail: paulocpossamai@hotmail.com